



Prova de Seleção dos Candidatos ao Cargo de Conselheiro Tutelar – Mogi das Cruzes - 2019

Gabarito – Prova B

	a	b	c	d	e
01					
02					
03					
04					
05					
06					
07					
08					
09					
10					
11					
12					
13					
14					
15					
16					
17					
18					
19					
20					
21					
22					
23					
24					
25					
26					
27					
28					
29					
30					

Nome do Candidato: _____

Número de Inscrição: _____

Assinatura do Candidato: _____



Prova de Seleção dos Candidatos ao Cargo de Conselheiro Tutelar - 2019

Instruções ao Candidato

Conforme Resolução nº 13, de 07 de junho de 2019, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Mogi das Cruzes:

1. A prova terá a duração de 04 (quatro) horas.
2. A prova será composta de 30 (trinta) questões objetivas, de múltipla escolha, que versarão sobre temas relativos ao Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069/90); 04 (quatro) questões subjetivas; e redação, sobre estudo de casos e demais temas correlatos.
3. Nas questões de múltipla escolha, o candidato deverá assinalar as opções escolhidas na Folha de Respostas personalizada, único documento válido para a correção da prova. O preenchimento da Folha de Respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas no Caderno de Prova.
- 4 O candidato deve verificar se o seu Caderno de Prova está completo e preencher as informações solicitadas no Caderno de Respostas, conferindo os seus dados de inscrição, sob pena de não ser revista a sua pontuação e a sua classificação.
5. A Prova terá duração de 04 (quatro) horas. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação da prova de conhecimentos, mesmo em virtude do afastamento do candidato da sala de provas.
6. Os aparelhos eletrônicos deverão permanecer desligados até a saída do candidato do local de realização das provas.
7. O candidato não poderá levar consigo o caderno de questões. Somente poderá levar o gabarito anotado para consulta e correção posterior.
8. Caso haja erro de impressão, o candidato deve comunicar imediatamente ao Fiscal, levantando o braço e não se levantando de sua cadeira.
9. Cada questão objetiva apresenta opções de respostas, identificadas por letras. Apenas uma deve ser assinalada com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
10. O candidato deve permanecer na sala por no mínimo 01 (uma) hora após o início da prova, sendo que o penúltimo a entregar a prova deve aguardar a entrega da prova pelo último.
11. O candidato que se ausentar da sala de prova não poderá retornar à mesma.
12. Ao término da prova, o caderno deverá ser entregue ao Fiscal da sala.
13. O Fiscal indicará quando faltar 30 minutos para o término do tempo da prova.
14. Para ir ao sanitário, o candidato deverá levantar o braço e solicitar ao Fiscal acompanhá-lo.

Processo Eleitoral – Conselho Tutelar

A) Prova Objetiva:

1- A escolha dos membros do Conselho Tutelar, segundo a alteração do ECA estabelecida pela Lei 12.696, de 2012, prevê que:

- I- É estabelecida por Edital do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- II- Ocorrerá em data unificada a cada 4 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial;
- III- A eleição do Conselho Tutelar é de responsabilidade do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente;
- IV- A eleição do Conselho Tutelar terá a fiscalização do Poder Público;
- V- A posse dos conselheiros tutelares ocorrerá no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.

Assinale a resposta com as alternativas corretas:

- a) I, II, V
- b) II, III, V
- c) I, III, IV
- d) I, II, IV
- e) II, IV, V

2- No capítulo V, artigo 140 do ECA, constam os impedimentos de prestação de serviços no mesmo Conselho Tutelar por:

- a) Marido e mulher
- b) Cunhados e cunhadas
- c) Marido, mulher; sogro(a), genro ou nora, cunhados durante o cunhadio, irmãos, tios e sobrinhos, padrasto ou madrasta e enteados
- d) Tios e sobrinhos
- e) Ascendentes e descendentes.

3- O acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas provisórias e excepcionais. Assinale quem as podem aplicar:

- a) Ministério Público
- b) A família, a seu pedido
- c) Conselho Tutela
- d) Poder Judiciário
- e) Delegacia da Infância e Juventude por determinação do Ministério Público

4- No artigo 19 do ECA está assegurado que toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família, excepcionalmente em família substituta, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias psicoativas. Esta afirmação diz respeito a qual direito?

- a) Convivência familiar e comunitária
- b) Liberdade, respeito e dignidade
- c) Vida e saúde
- d) Educação, cultura, esporte e lazer
- e) Profissionalização e proteção no trabalho

5- São diretrizes da política de atendimento às crianças e adolescentes:

- a) Municipalização do atendimento
- b) Criação de conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente
- c) Criação e manutenção de programas específicos
- d) Manutenção de fundos nacional, estaduais e municipais
- e) Todas as alternativas estão corretas

6- De acordo com a doutrina jurídica, a criança e o adolescente são considerados “sujeitos de direitos”. A palavra “sujeito” traduz a concepção da criança e do adolescente com as seguintes características:

- a) Indivíduos autônomos e íntegros
- b) Indivíduos dotados de personalidade e vontade próprias
- c) Indivíduos que, na sua relação com o adulto, não podem ser tratados como seres passivos, subalternos ou meros “objetos”
- d) Indivíduos que devem participar das decisões que lhes dizem respeito, sendo ouvidos e considerados em conformidade com suas capacidades e grau de desenvolvimento
- e) Todas as alternativas estão corretas

7- Na elaboração da proposta orçamentária dos Municípios é obrigatório destinar recursos para programas de atendimento à criança e ao adolescente. O órgão que deve se responsabilizar pela assessoria na elaboração do orçamento destinado a estes programas é:

- a) Ministério Público
- b) Conselho Tutelar
- c) Vara da Infância e da Juventude
- d) Entidades de Atendimento
- e) Nda

8- Quando uma criança comete ato infracional, quais medidas podem ser aplicadas?

- a) Medida socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade
- b) Medida de internação em estabelecimento educacional
- c) Medida de abrigo em regime de semiliberdade

- d) Medidas específicas de proteção
- e) Nda

9- A violência tem crescido significativamente no país e suas variadas formas têm afetado principalmente crianças e adolescentes. As medidas de proteção serão sempre aplicáveis quando ocorrer:

- I- Ação ou omissão da sociedade ou do Estado;
- II- Falta, omissão ou abuso de pais ou responsável;
- III-Conduita infracional da criança e do adolescente;
- IV- Interesse superior da família.

Assinale a alternativa correta:

- a) I, II, III estão corretas e IV incorreta
- b) I e II estão corretas e III e IV incorretas
- c) I e III corretas e II e IV incorretas
- d) I e IV corretas e II e III incorretas
- e) Todas as alternativas estão incorretas

10- No artigo 4º do ECA estão previstos deveres da família, comunidade, sociedade e Poder Público, assegurando com absoluta prioridade direitos à criança e ao adolescente, dentre os quais os direitos à informação, cultura, lazer, esporte, diversões e espetáculos. Disso resulta aplicação de determinadas normas:

- I - O Poder Executivo, através do órgão competente, regulará diversões e espetáculos, informando sobre a natureza deles e as faixas etárias a que não são recomendados.
- II - As revistas e publicações destinadas ao público infanto-juvenil não poderão conter fotografias, legendas, ilustrações, anúncios de bebidas alcoólicas, tabaco, armas e munições.
- III - É permitida a criança e ao adolescente a permanência em estabelecimentos que explorem comercialmente bilhar, sinuca, congêneres e jogos somente até as 22hs.
- IV - É proibido à criança e ao adolescente a venda de armas, munições, explosivos, bebidas alcoólicas, produtos que possam causar dependência física ou psíquica, fogos de estampido e artifício.
- V – As editoras providenciarão embalagem opaca às capas de revistas que contenham mensagens pornográficas.

Assinale a alternativa com as respostas corretas:

- a) I, II, III e IV.
- b) II, III, IV e V.
- c) I, II, IV e V.
- d) I, III, IV e V.

e) Todas as alternativas estão corretas.

11- As entidades de atendimento às crianças e adolescentes são responsáveis pela manutenção, planejamento e execução de programas de proteção e socioeducativos. Para que as entidades governamentais e não governamentais estejam aptas a exercer suas atividades, devem estar inscritas no:

- a) CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
- b) CME - Conselho Municipal de Educação
- c) CT – Conselho Tutelar
- d) MP – Ministério Público
- e) Vara da Infância e da Juventude

12- Assinale a alternativa correta, considerando as características e funcionamento do Conselho Tutelar:

- a) O Conselho Tutelar é órgão autônomo, permanente e jurisdicional encarregado e eleito pelo poder público para zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente definidos no ECA.
- b) Para se candidatar a membro do Conselho Tutelar é exigido o requisito de idade superior a 18 anos.
- c) O Conselho Tutelar é composto por cinco membros escolhidos pela comunidade local, para mandato de dois anos, permitida uma recondução, não necessitando de residência no município.
- d) O exercício efetivo da função de conselheiro tutelar não se constituirá em serviço público relevante.
- e) Nda

13- O conselheiro tutelar no exercício de sua função deverá:

I – Representar junto à autoridade do Poder Judiciário os casos de descumprimento injustificado das suas deliberações.

II – Atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas pertinentes aos mesmos.

III – Suspender ou destituir o poder familiar.

IV – Colocar a criança ou adolescente em família substituta.

Assinale as alternativas corretas:

- a) I e II.
- b) I e III.

- c) II e III.
- d) III e IV.
- e) Nda

14- Qual a autoridade competente que poderá rever as decisões do Conselho Tutelar?

- a) Ministério Público
- b) Poder Judiciário
- c) Poder Executivo
- d) CMDCA
- e) Nda

15- Na política de atendimento à criança e ao adolescente está prevista a integração operacional dos seguintes órgãos, segundo o artigo 88 do ECA:

- a) Ministério Público, Habitação e Saúde;
- b) Conselho Tutelar, Poder Judiciário e Cultura;
- c) Conselho Tutelar, Educação e Assistência Social;
- d) Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Conselho Tutelar e Políticas Sociais Básicas e de Assistência Social
- e) Nda.

16- Assinale a resposta correta de acordo com o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/1990:

- a) O Conselho Tutelar é indicado pelo poder executivo para um mandato de 2 anos.
- b) A população não participa da escolha do Conselho Tutelar. Essa escolha é feita pelo Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.
- c) A função de conselheiro tutelar é de dedicação exclusiva, vedado o exercício concomitante de qualquer outra atividade pública ou privada.
- d) O Conselho Municipal da Criança e do Adolescente indicará uma comissão para o processo de eleição do Conselho Tutelar, composta de pessoas que não sejam membros do CMDCA.
- e) Nda (Nenhuma das alternativas)

17- Pela legislação brasileira, dos 12 aos 18 anos o adolescente infrator está sujeito às penalidades previstas no art. 112, do ECA, que são chamadas de **medidas socioeducativas**. Elas são:

- I) Advertência;
- II) obrigação de reparar o dano;
- III) prestação de serviços à comunidade;
- IV) liberdade assistida;

- V) inserção em regime de semiliberdade;
- VI) internação em estabelecimento educacional;
- VII) qualquer uma das medidas protetivas previstas no art. 101, incisos I a VI.

Assinale a resposta correta:

Quais as medidas que são aplicadas pelo Conselho Tutelar junto ao adolescente infrator:

- a) II e III
- b) IV
- c) VII
- d) V e VI
- e) Todas as medidas citadas.

18 – A maioridade penal fixada pelo art. 228 da Constituição Federal – CF, isto é, a idade em que, diante da Lei, um jovem passa a responder inteiramente por seus atos como cidadão adulto, é a partir de:

- a) 18 anos
- b) 16 anos
- c) 21 anos
- d) idade em que um jovem começa a usufruir de seus direitos políticos e civis.
- e) Nda

19 – O ECA, em seu Capítulo V, art. 67, assegura o direito à profissionalização e à proteção no trabalho ao adolescente empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não governamental, sendo vedado o trabalho:

- a) Noturno, realizado entre as 22 (vinte e duas) horas de um dia e as 05 (cinco) horas do dia seguinte;
- b) Perigoso, insalubre ou penoso;
- c) Realizado em locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social;
- d) Realizado em horários e locais que não permitam a frequência à escola;
- e) Todas as medidas citadas.

20- Na Lei nº 13.812 de 2019, que altera o artigo 83 da Lei nº 8.069 de 1990, nenhuma criança ou adolescente, menor de 16 anos, poderá viajar para fora da comarca onde reside, desacompanhada de pais ou responsável, sem expressa autorização judicial. A autorização não será exigida quando:

- a) A criança ou adolescente menor de 16 anos estiver viajando sozinha para visitar um dos pais;
- b) A criança ou adolescente menor de 16 anos estiver acompanhada de ascendente ou colateral maior até o terceiro grau, comprovado documentalmente o parentesco;
- c) A criança ou adolescente menor de 16 anos estiver acompanhada de pessoa maior que tenha contato próximo com pai, mãe ou responsável;
- d) A criança ou adolescente menor de 16 anos estiver acompanhada de irmãos;
- e) Nda

21- No artigo 53 do ECA, a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, daí resultando:

- I – Ter direito à igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II – Ter direito de ser respeitado por seus educadores;
- III – Não ter direito de contestar critérios avaliativos;
- IV – Não ter direito de organização e participação em entidades estudantis;
- V - Ter direito de acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Assinale a alternativa correta:

- a) I, II e V estão corretas
- b) I, III e V estão corretas
- c) II, IV e V estão corretas
- d) III, IV e V estão corretas
- e) Nda

22 – Quando uma criança ou adolescente for vítima de maus tratos na escola com sequelas físicas e emocionais, esgotados os recursos escolares, qual o encaminhamento que deve ser dado pelo dirigente do estabelecimento educacional:

- I) Encaminhar ao Ministério Público
- II) Encaminhar ao Conselho Tutelar
- III) Lavrar Boletim de Ocorrência na Delegacia de Polícia
- IV) Observar somente as normas contidas no Regimento Escolar
- V) Solicitar a presença dos pais ou responsáveis

Assinale a alternativa correta:

- a) I e II estão corretas
- b) II e V estão corretas
- c) III e IV estão corretas
- d) IV e V estão corretas
- e) Nda

23 - O ECA preconiza a existência de 02 Conselhos: o CMDCA (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente) e o CT (Conselho Tutelar).

Assinale a alternativa que caracteriza o CT:

- a) Formular e deliberar sobre Políticas Públicas
- b) Organizar redes de proteção à população infanto-juvenil
- c) Zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente
- d) Ser constituído paritariamente por integrantes do Poder Público e da sociedade civil
- e) Nda

24- No artigo 129 do ECA estão previstas medidas aplicáveis aos pais ou responsáveis pelo Conselho Tutelar:

- a) Encaminhamento à programa oficial ou comunitário de proteção à família
- b) Encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico
- c) Encaminhamento a cursos ou programas de orientação
- d) Obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar
- e) Todas as alternativas estão corretas

25- O art. 15 do ECA prevê que a criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade. O direito à liberdade compreende:

I - Ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais;

II - Opinião e expressão;

III - Crença e culto religioso;

IV - Brincar, praticar esportes e divertir-se;

V - Participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação;

VI - Participar da vida política, na forma da lei;

VII - Buscar refúgio, auxílio e orientação.

Assinale os itens corretos:

- a) I, II, IV, VI
- b) I, II, III, IV, V, VI, VII
- c) I, III, V, VII
- d) II, V, VI, VII
- e) Nda

26- O princípio da Proteção Integral de crianças e adolescentes tem como marco legal a Constituição Federal/1988, em seu artigo 227, e o ECA, que estabeleceram como dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem com absoluta prioridade, o direito à:

- a) Vida, saúde e alimentação
- b) Educação, lazer, cultura e profissionalização
- c) Convivência familiar e comunitária
- d) Liberdade, respeito e dignidade
- e) Todas as alternativas estão corretas

27- No parágrafo único do artigo 4º do ECA está prevista a garantia de prioridade à criança e ao adolescente, que consiste em:

- a) Primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias
- b) Preferência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública
- c) Preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas

- d) Destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude
- e) Todas as alternativas estão corretas

28 - Quais são as atribuições do Conselho Tutelar? Assinale a que não é:

- a) Aplicar as medidas protetivas pertinentes a cada caso;
- b) Acompanhar a situação do atendimento a crianças e adolescentes na sua área de atuação e identificar possíveis ameaças ou violações de direitos;
- c) Assumir as funções dos programas sociais de atendimento à criança e adolescente;
- d) Requisitar os serviços sociais públicos ou comunitários, diante das limitações ou falta de recursos dos pais para cumprirem seus deveres de assistir, criar e educar seus filhos;
- e) Contribuir para o planejamento e a formulação de políticas e planos municipais de atendimento à criança, ao adolescente e às suas famílias.

29- O Conselho Tutelar está vinculado administrativamente ao:

- a) Poder Judiciário
- b) Poder Executivo
- c) Poder Legislativo
- d) Ministério Público
- e) Nda

30- O ECA, em seu artigo 95, preconiza que as entidades governamentais e não governamentais (OSC) de atendimento à criança e ao adolescente serão fiscalizadas pelo:

- a) Poder Judiciário, Ministério Público e Conselho Tutelar
- b) Poder Público, Ministério Público e Conselho Tutelar
- c) Poder Judiciário, Poder Público e CMDCA
- d) Poder Judiciário, CMDCA e Conselho Tutelar
- e) Poder Público, Ministério Público e CMDCA

B) Prova Dissertativa – Estudo de Casos (mínimo de 10 linhas e máximo de 15 linhas)

1. Maria tem 14 anos e mora com a mãe, separada do pai, que reside em outro município. A mãe possui a guarda da filha e não existe qualquer relacionamento afetivo entre o casal, e nem da filha com o pai.

Nos últimos meses, o pai tem demonstrado vontade de ver a filha, por estar muito debilitado e em fase terminal, devido a uma doença degenerativa.

A mãe, diante dos fatos, procurou o Conselho Tutelar, para orientação sobre a possibilidade de Maria viajar sozinha e sobre as exigências legais a serem cumpridas. Quais orientações o Conselheiro Tutelar daria à mãe?

2. O Ministério Público encaminha ao Conselho Tutelar uma denúncia sobre uma família, constituída pela avó, mãe e 04 filhos, de 13, 11, 08 e 04 anos respectivamente, vindos de uma cidade do interior da Paraíba.

Estão alojados em uma casa em precárias condições, cedida de favor na periferia da cidade. Não possuem móveis, dormem em colchões velhos cedidos por vizinhos, com poucas cobertas, e cozinham alimentos doados por entidades filantrópicas, assim como o fogão também doado.

Declararam que o pai das crianças está preso no Nordeste e a família estava sendo ameaçada de morte, por traficantes ligados a ele.

Nenhuma criança tem matrícula na escola, e o mais velho tem recolhido recicláveis para ganhar algum trocado.

As crianças aparentam estar em processo de desnutrição, em extrema magreza, palidez e com feridas pelo corpo. Nenhuma apresentou registro civil.

Quais os procedimentos a serem adotados pelo Conselho Tutelar, frente ao quadro de vulnerabilidade e a situação de risco desta família?

Folhas de Rascunho

